



RESENHA

SANDRA LÚCIA FERREIRA

OBRA: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino *O Sistema Nacional de Educação: diversos olhares 80 anos após o Manifesto*. (Orgs): CUNHA, Célio da; GADOTTI, Moacir; BORDIGNON, Genuíno; e NOGUEIRA, Flávia Maria de Barros / Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. - Brasília: MEC/SASE, 2014.

Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002309/230901POR.pdf> Acesso em junho de 2015.

SOBRE OS AUTORES:

Célio da Cunha: Bacharel e Licenciado em Pedagogia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (1968), mestre em Educação pela Universidade de Brasília (1980) e doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1987). Atualmente é Professor Adjunto IV na Faculdade de Educação da UNB Tem livros e artigos publicados e experiência em políticas públicas de educação. Foi analista da UNB de ciência e tecnologia e superintendente da área de Ciências Humanas e Sociais do CNPq e Diretor e Secretário Adjunto de Política Educacional do MEC.

Moacir Gadotti: Licenciado em Pedagogia (1967) e em Filosofia (1971). Fez Mestrado em Filosofia da Educação na PUC-SP, (1973), Doutorado em Ciências da Educação na Universidade de Genebra (Suíça, 1977) e Livre Docência na Universidade Estadual UNICAMP, (1986). Foi assessor técnico da SEE de SP (1983-1984) e Chefe de gabinete da SME de SP (1989-1990). Atualmente é professor titular da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) desde 1991 e atual diretor do Instituto Paulo Freire.

Genuíno Bordignon: Graduado em Filosofia (Bacharelado e Licenciatura) pela UNIJUI. Especializado em Planejamento e Administração de Sistemas Educacionais pela FGV/IESAE. É professor aposentado e ex diretor da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UNB). Atualmente é consultor do Instituto Paulo Freire, cuja editora publicou seu livro *Gestão da educação no município - Sistema, Conselho e Plano*. Em 2009 foi também consultor do Ministério da Educação.

Flávia Maria de Barros Nogueira: Bacharel e Licenciada em Ciências Biológicas (1985), com doutorado em Ecologia e Recursos Naturais pela Universidade Federal de São Carlos (1995). Professora da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e Diretora de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE/MEC). Brasília/DF.

A obra procura resgatar e apresentar a atualidade da carta intitulada *Manifesto dos Pioneiros*, – subtítulo *A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo* – publicada em diferentes espaços da imprensa brasileira no dia 19 de março de 1932. Tal

documento, assinado por 26 intelectuais¹,

1 Fernando de Azevedo, Afrânio Peixoto, A. de Sampaio Dória, Anísio Spinola Teixeira, M. Bergström Lourenço Filho, Roquette Pinto, J. G. Frota Pessôa, Julio de Mesquita Filho, Raul Briquet, Mario Casassanta, C. Delgado de Carvalho, A. Ferreira de Almeida Jr., J. P. Fontenelle, Roldão Lopes de Barros, Noemy M.



declara a necessidade de renovação educacional para o Brasil, defendendo a obrigatoriedade, a laicidade, a gratuidade, a coeducação e a defesa do Estado como responsável pela disseminação da escola brasileira.

O Manifesto também demarca os princípios e os fundamentos de um Sistema Nacional de Educação, vontade bastante atual expressa em diferentes fontes legais incluindo-se a Constituição Federal de 1988, capaz de articular componentes do estado; do Distrito Federal; do município e da rede federal de ensino. Na atualidade, por força da Lei² que institui o Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE), o Sistema Nacional de Educação deverá ser instituído com a responsabilidade pela articulação entre os entes federados em regime de colaboração, para efetivação das diretrizes, metas e estratégias do PNE. Para manter o debate e a crítica entre esses dois temas – Manifesto e Sistema Nacional de Educação, o livro *O Sistema Nacional de Educação: diversos olhares 80 anos após o Manifesto* foi organizado considerando duas partes. A primeira – *os textos dos expositores* – reúne 09 (nove) textos que abordam dilemas (federalismo, financiamento, formação de professores entre outros) que atualmente se relacionam à tarefa de implantação do Sistema Nacional de Educação. A segunda – *caminhos possíveis a seguir* – apresenta o texto *Sistema Nacional de Educação: uma agenda necessária*, – elaborado por quatro autores: Genuíno Bordignon, Moacir Gadotti, Célio da Cunha e Arnóbio Marques de Almeida Júnior – que buscam fazer uma síntese dos expositores propon-

do a manutenção nas discussões sobre a Sistema Nacional de Educação os seguintes pressupostos:

- O que sustenta e amarra as partes de um sistema é sua finalidade, que não pode deixar de ser a garantia do direito à educação de qualidade;
- Não há Sistema Nacional sem projeto de nação e não há como construir hoje um projeto de nação no Brasil que não seja pela via da garantia dos direitos sociais constitucionalmente previstos (p.217).

Assim os autores se posicionam:

Dermeval Saviani – *O Manifesto dos pioneiros da educação nova de 1932 e a questão do Sistema Nacional de Educação* – O texto aborda os princípios da carta e a sua defesa pela escola pública. Discute a ideia de organização da Educação Brasileira e o Sistema Nacional no Manifesto oferecendo, na conclusão do texto, proposta para o encaminhamento das discussões sobre financiamento e sobre a formação de professores.

Carlos Roberto Jamil Cury – *Sistema Nacional de Educação: uma reflexão provocativa ao debate* – O texto resgata a preocupação que Fernando Azevedo tinha em relação à *falta de visão global do problema educativo*. Essa visão totalizante, segundo o autor, só será possível com a normatização do *regime de colaboração* envolvendo (Art. 211 da Constituição de 88) os quatro entes federativos (federal, distrital, estaduais e municipais) *em esforço articulado e conjunto, no sentido de garantir o direito à educação de qualidade* (p.31).

Fernando Luiz Abrucio e Catarina Ianni Segatto – *O Manifesto dos Pioneiros e o federalismo brasileiro: percalços e avanços rumo a um sistema nacional de educação* – O texto

da Silveira, Hermes Lima, Attilio Vivacqua, Francisco Venâncio Filho, Paulo Maranhão, Cecília Meireles, Edgar Sussekind de Mendonça, Armanda Álvaro Alberto, Garcia de Rezende, Nóbrega da Cunha, Paschoal Lemme e Raul Gomes.

² Lei nº13.005, de junho de 2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências



propõe para o Sistema Nacional de Educação diretrizes e parâmetros nacionais, elaborados em parcerias com os entes federados definindo competências, descentralização da execução, planejamento e gestão por meio de fóruns federativos.

Carlos Augusto Abicalil – *O Sistema Nacional de Educação: a atualização do Manifesto de 80 anos* – Destaca o federalismo cooperativo brasileiro, proposto em diferentes normativas, incluindo-se o Plano Nacional de Educação (2014-2024). Apresenta os conflitos das políticas em relação às conjecturas referentes à implantação do Sistema Nacional de Educação, para subsidiar um debate em busca da superação de questões expressas no Manifesto de 1932, continuam atuais.

Arnóbio Marques de Almeida Júnior, Flávia Nogueira, Antônio Roberto Lambertucci e Geraldo Grossi Júnior – *O Sistema Nacional de Educação: em busca de consensos* – O texto destaca a necessidade do resgate do termo educação de qualidade. Propõe o pacto federativo como constituinte da organização da gestão educacional, destacando a União na busca pela qualidade e a autonomia dos estados e municípios para a gestão dos seus sistemas.

Cristovam Buarque – *SNCI: Proposta para a Construção de um Sistema Nacional de Conhecimento e Inovação* – propõe uma política de ações constituída, um conjunto de ações capazes de contribuir para a “Revolução Nacional na Educação (RNE)” tanto para a Educação básica como para a Educação Superior, propondo um “Novo Sistema Universitário Brasileiro”, com a missão de “identificar e fazer florescer o talento de pessoas com vocação para a construção do saber de nível superior nas diversas áreas do conhecimento” e a ampliação dos institutos

de pesquisa.

Paulo Sena e José Marcelino de Rezende Pinto – *Como seria o financiamento de um Sistema Nacional de Educação na perspectiva do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* – O texto aborda aspectos dos recursos para o financiamento que custeia a educação. Destaca o FUNDEB, posteriormente, como forma de organização de recursos. Os autores concluem ressaltando a atualidade do Manifesto e o vigor das propostas ali delineadas, particularmente no que se refere ao financiamento da educação.

Jorge Abrahão de Castro – *Dilemas para o financiamento da educação* – O tema discute as diversas forças políticas, principalmente em relação aos fundos públicos, e interesses que mobilizam a vida social. O financiamento da educação é apresentado por meio de dados e se propõe a discutir o binômio autonomia/controlar de fontes de recursos, a educação como política social e seus gastos, a relação entre o público e o privado, a educação e o crescimento econômico. Aponta também a necessidade da intensificação do crescimento econômico, diminuindo as diferenças sociais.

Bernadete Gatti – *O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 e a formação de professores* – O texto aponta a necessidade de reconhecer o professor como um profissional que, *como tal, deve ser preparado para enfrentar os desafios do exercício do magistério nas condições da contemporaneidade* (p.199). Nesse sentido, destaca a importância de sua formação nas Instituições de Educação Superior. > Como proposta destaca o valor do estágio e o repensar dos parâmetros básicos para a formação, que sejam seguidos por todos os entes federados no contexto de um Sistema Nacional de Educação.